



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014
(do Sr. Fernando Francischini)

Requer a realização de Audiência Pública para esclarecer afirmações da Sra. Rosemary Noronha, ex-chefe do escritório da Presidência da República, envolvendo dirigentes do alto escalão do governo, em razão da matéria recentemente publicada na revista veja, assim denominada: “Rosemary Noronha fez chantagem contra o governo Dilma”.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base na Constituição Federal e no regimento interno desta Casa, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que seja convidada a Sra. **ROSEMARY NORONHA**, ex-chefe do escritório da Presidência da República, para esclarecer afirmações envolvendo dirigentes do alto escalão do governo, a partir da reportagem publicada pela revista Veja, em 16/5/2014, denominada “Rosemary Noronha fez chantagem contra o governo Dilma”.

JUSTIFICAÇÃO

A Justiça Federal de São Paulo aceitou denúncia contra dezoito pessoas suspeitas pela prática dos crimes de formação de quadrilha, tráfico de influência e corrupção ativa. A denúncia tinha sido apresentada pelo Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP) em dezembro de 2012 contra 24 pessoas investigadas pela Polícia Federal (PF) na chamada Operação Porto Seguro, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

apurou suposto esquema de venda de pareceres técnicos do governo em favor de empresas privadas.

O relatório da PF destaca ainda a atuação da ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha, como um braço de influência política na estrutura da quadrilha. Inicialmente, ela foi indiciada por tráfico de influência, corrupção passiva e falsidade ideológica. Mas, ao analisar o material apreendido no escritório da presidência, o delegado da Polícia Federal decidiu indiciá-la também por formação de quadrilha.

Na semana passada, a revista Veja publicou matéria, com trechos de gravação, em que Rosemary insinua ter conhecimento de fatos que possam envolver outras autoridades, tais como a chefe da Casa Civil e o chefe de gabinete da Presidência da República. Portanto, sua presença nesta Comissão objetiva esclarecer os fatos de sua atuação em um órgão diretamente ligado à Chefe do Poder Executivo.

Nesse sentido, colaciona-se matéria abaixo:

Rosemary Noronha fez chantagem contra o governo Dilma

Dizendo-se abandonada, a ex-chefe do escritório da Presidência da República queria ajuda — e conseguiu.

Robson Bonin



A discrição nunca foi uma característica da personalidade da ex-chefe do gabinete da Presidência da República em São Paulo Rosemary Noronha. Quando servia ao ex-presidente Lula em Brasília, ela era temida. Em nome da intimidade com o “chefe”, como às vezes também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

se referia a ele, Rose fazia valer suas vontades mesmo que isso significasse afrontar superiores ou humilhar subordinados. Nos eventos palacianos, a assessora dos cabelos vermelhos e dos vestidos e óculos sempre exuberantes colecionou tantos inimigos — a primeira-dama não a suportava — que acabou sendo transferida para São Paulo. Mas caiu para cima. Encarregada de comandar o gabinete de Lula de 2009 a 2012, Rose viveu dias de soberana e reinou até ser apanhada pela Polícia Federal ajudando uma quadrilha que vendia facilidades no governo. Ela usava a intimidade que tinha com Lula para abrir as portas de gabinetes restritos na Esplanada. Em troca, recebia pequenos agrados, inclusive em dinheiro. Foi demitida, banida do serviço público e indiciada por crimes de formação de quadrilha e corrupção. Um ano e meio após esse turbilhão de desgraças, no entanto, a fase ruim parece ter ficado no passado. Para que isso acontecesse, porém, Rosemary chegou ao extremo de ameaçar envolver o governo no escândalo.

Em 2013, no auge das investigações, quando ainda lutava para provar sua inocência, a ex-secretária Rosemary procurou ajuda entre os antigos companheiros do PT — inclusive Lula, o mais íntimo deles. Desempregada, precisando de dinheiro para pagar bons advogados e com medo da prisão, ela desconfiou que seria abandonada. Lula não atendia suas ligações. O ex-ministro José Dirceu, às vésperas da fase final do julgamento do mensalão, estava empenhado em salvar a própria pele e disse que não podia fazer nada. No Palácio do Planalto, a ordem era aprofundar as investigações. Em busca de amparo, Rose concluiu que a única maneira de chamar a atenção dos antigos parceiros era ameaçar envolver figuras importantes do governo no escândalo. Mensagens de celular trocadas pela ex-secretária com pessoas próximas mostram como foi tramada a reação. Magoadada com o PT por ter permitido que a Casa Civil aprofundasse as investigações sobre suas traficâncias, Rose destila ódio contra a então ministra Gleisi Hoffmann. Em uma conversa com um amigo, em abril do ano passado, desabafa: “Tão chamando a ministra da Casa Civil de Judas!!! Ela bem que merece!!!”. O interlocutor assente: “Ela vazou a porcaria toda. Vamos em frente”. Rose acreditava que o próprio Palácio do Planalto estava por trás das revelações sobre o desfecho da sindicância — “a porcaria toda” — que apontava, entre outras irregularidades, o seu enriquecimento ilícito no cargo.

Com o fundo do poço cada vez mais próximo, Rosemary decidiu arrastar para dentro do escândalo figuras centrais do Planalto e, se possível, a própria presidente Dilma Rousseff. A estratégia consistia em constranger os antigos colegas de governo pressionando-os a depor no processo que tramitava na Controladoria-Geral da União. “Quero colocar o Beto e a Erenice Guerra”, diz Rose em uma mensagem. “Você quer estremecer o chão deles?”, questiona o interlocutor. “Sim”, confirma Rose. “Porque vai bombar. Gilberto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Carvalho também?”, indaga. “O.k.”, devolve ela. As autoridades que deveriam “estremecer” não foram escolhidas por acaso. Atual chefe de gabinete da presidente Dilma Rousseff, Beto Vasconcelos era na ocasião o número 2 da Casa Civil. Ao lado da ex-ministra Erenice Guerra, ele servira a Dilma no Planalto durante anos. Rose os conhecia como a palma da mão e sabia que eles tinham plena consciência do seu temperamento explosivo. A conclusão da conversa no celular, resumida pelo interlocutor, revela as reais intenções da ex-secretária: “Vai rolar muito stress... Vão bater na porta da Dilma. Vão ficar assustados”.

O plano embutia um segundo objetivo. Rosemary também queria se reaproximar de um ex-amigo em especial. Ao tentar “estremecer” o chão de Gilberto Carvalho, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência e homem de confiança de Lula, Rose tinha um propósito bem específico. Ela queria restabelecer as suas ligações com “Deus”, como a ex-secretária costuma se referir ao ex-presidente Lula. Em outra troca de mensagens de celular, um interlocutor diz a Rose que, com a indicação das testemunhas — Gilberto Carvalho, Beto Vasconcelos e Erenice Guerra — no processo da CGU, “o momento é oportuno para aproximação com Deus...”. Mas a ex-protégida de Lula se mostra cética e insatisfeita. “Vai ser difícil. Ele está com muitas viagens. Não posso depender dele”, diz Rose. Não se sabe exatamente o que aconteceu a partir daí, mas a estratégia funcionou. Um dos homens mais próximos a “Deus”, Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula, cuidou pessoalmente de algumas necessidades mais imediatas da família de Rosemary durante o processo. Além de conseguir ajuda para bancar um exército de quase quarenta juristas das melhores e mais caras bancas de advocacia do país, a ex-secretária reformou a cobertura onde mora em São Paulo e conseguiu concretizar o antigo projeto de ingressar no mundo dos negócios.

Rosemary comprou uma franquia da rede de escolas de inglês Red Balloon. Para evitar problemas com a ficha na polícia, o negócio foi colocado no nome das filhas Meline e Mirelle e do ex-marido José Cláudio Noronha. A estratégia para despistar as autoridades daria certo não fosse por um fato. A polícia já havia apreendido em 2012, na casa de Rose, todo o planejamento para aquisição da franquia. Os documentos mostravam que o investimento ficaria a cargo da quadrilha que vendia influência no governo. Na época, a instalação da escola foi orçada em 690.000 reais — padrão semelhante aos valores praticados atualmente no mercado —, dinheiro que Rosemary e seus familiares não possuíam. Como, então, a família que informava ter um patrimônio modesto conseguiu reunir os recursos? Procurada por VEJA, Meline Torres, responsável pela administração da escola, informou que todos os investimentos foram realizados a partir de “economias”. “Eu trabalhei muito durante a minha vida (*Meline tem 29 anos*). Trabalho desde os 18 anos com registro em carteira e tenho poupança. Meu pai



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

também está me ajudando com recursos dele, aliás, do trabalho de uma vida”, explicou. Rosemary não quis se pronunciar.

Com efeito, torna-se imprescindível a presença da convidada para prestar os esclarecimentos sobre os fatos ocorridos durante sua gestão a frente do escritório da Presidência da República.

Dessa forma, contamos com o apoio dos pares para aprovarmos este Requerimento.

Sala da Comissão, em maio de 2014

Dep. **FERNANDO FRANCISCHINI**
Solidariedade/PR